

Arqueologia em terra indígena

uma reflexão teórico-
metodológica sobre as
experiências de pesquisa
na aldeia Lalima (MS) e
na terra indígena Kaiabi
(MT/PA)

*Fabiola Andréa Silva
Francisco Forte Stuchi
Eduardo Bespalez
Frederic Caires Ponget*

O patrimônio arqueológico e a sua relação com as Terras Indígenas é matéria fundamental no Brasil. O tema começa a receber atenção do poder público, particularmente do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que organizou em novembro de 2007, em Manaus, o “*I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico*”. Das várias sessões, uma reuniu arqueólogos, antropólogos e representantes indígenas para debater a “*Preservação do Patrimônio Arqueológico em Terras Indígenas*”. Além dos *papers* a sessão publicou uma moção com diretrizes e recomendações às futuras ações em terra indígena no Brasil.

Foi uma iniciativa importante face ao incremento da demanda por pesquisas arqueológicas na última década, devido à força da legislação e da sua observação pelas instâncias fiscalizadoras. A dinâmica econômica brasileira vem resultando no crescimento de empreendimentos diversos que afetam os terrenos que guardam o patrimônio arqueológico. Neste cenário o impacto sobre este patrimônio alcança uma escala inédita e novos problemas e atores se destacam. De fato, os problemas já ocorriam e os atores estavam há muito em cena, mas não ganhavam a devida atenção dos arqueólogos e dos poderes públicos.

A pesquisa arqueológica em Terras Indígenas e, conseqüentemente, a gestão e a preservação do seu patrimônio arqueológico é assunto polêmico no Brasil, onde residem mais de 500 mil indígenas. Nos últimos anos ocorreram discussões acirradas entre cientistas e indígenas, sobre a condução da pesquisa realizada nestas Terras e sobre as interpretações dos registros arqueológicos. Há questionamentos sobre os usos científicos, políticos, sociais e econômicos das pesquisas e da sua repercussão na construção do conhecimento, no desenvolvimento econômico e na autodeterminação e soberania territorial indígena (FAUSTO, 2006; ROBHRAN-GONZALES, 2006; EREMITES DE OLIVEIRA, 2006).

Em outros países, graças à heterogeneidade dos envolvidos, o debate é acompanhado da reflexão sobre a herança política da arqueologia. A história da disciplina mostra que ela nasceu e foi desenvolvida sob a égide colonialista, na hegemonia do pensamento ocidental, dos projetos econômicos e políticos das elites dominantes. Para alguns autores, ela produziu, em muitos contextos, conceitos e perspectivas etnocêntricas sobre o passado, não levando em consideração a voz nativa e a sua história, que ficaram praticamente invisíveis nos apontamentos oficiais da disciplina. Aos nativos, geralmente, coube apenas a subserviência e o papel de peão ou de fornecedor de alimentos durante as pesquisas de campo (vide RUBERTONE 1994; WOBST, 2005; SILLIMAN, 2005; SHEPHERD, 2003). Para estes autores, inclusive, a arqueologia ainda não se libertou efetivamente do etnocentrismo, dificultando o empenho em entender a história colonial e a história indígena:

Na essência, arqueologia é um empenho colonialista. Ela está embasada e, geralmente, perpetua os valores da cultura ocidental. Privilegiando o material sobre o espiritual e o científico sobre o religioso, a prática arqueológica está solidamente enraizada nos modos ocidentais de conhecer o mundo. No começo do século XXI, é uma evidência que o “fazer”

arqueológico é um ato político e os arqueólogos rotineiramente reconhecem que muitos grupos têm direitos e responsabilidades nos temas, materiais e locais que são estudados. No entanto, embora o modo como a arqueologia é praticada seja de grande consequência para os povos colonizados do mundo, as relações entre arqueólogos e membros dos grupos indígenas continua sendo desigual e assimétrica (SMITH E WOBST, 2005:5)

O exemplo da Bolívia, um país onde os indígenas são a maioria da população, é paradigmático. Condori (1994) e Kojan e Angelo (2005) ressaltam que durante décadas a história dos povos indígenas, incluindo a prática arqueológica, foi contada pela voz do colonizador. Segundo eles, a prática arqueológica ligou-se estreitamente ao desenvolvimento do nacionalismo e à legitimação das políticas sociais contemporâneas, contribuindo na manipulação ideológica que ignorou a efetiva presença das populações nativas na construção dos monumentos e da própria Bolívia.

Nas últimas décadas, várias populações indígenas em todo mundo têm se mobilizado e tentado estabelecer o movimento de “descolonização” das práticas arqueológicas em seus territórios, bem como da produção do conhecimento sobre a história indígena (SMITH E WOBST, 2005). Episódios envolvendo o repatriamento de bens arqueológicos e, especialmente, de restos humanos e a disputa pela manutenção e/ou reapropriação de territórios tradicionais, são reiteradamente relatados na bibliografia, quase sempre revelando os desencontros entre os interesses indígenas, os empreendimentos econômicos, os museus, os pesquisadores e entre a própria Justiça que é chamada a atuar como mediadora dos conflitos, mas que nem sempre consegue fazê-lo a contento (ZIMMERMAN, 1994; BYRNE, 2004; STAPP E LONGENECKER, 2005; LECLAIR, 2005; PARKER, 2005; SUTTON, 2005; ENDERE, 2005; WHARTON, 2005).

Em alguns países, a exemplo dos EUA e Austrália, tais desencontros resultaram em longos debates judiciais e a elaboração de legislações específicas para disciplinar a pesquisa e o gerenciamento do patrimônio arqueológico em terras indígenas (WATKINS, 2005; ISAACSON E FORD, 2005; JACKSON E SMITH, 2005). Além disso, algumas populações indígenas estabeleceram parcerias com os cientistas para orientar e contribuir, tanto na pesquisa arqueológica quanto na interpretação e divulgação dos dados e preservação do patrimônio (ANAWAK, 1994; LEAVESLEY, MINOL, KOP E KEWIBU, 2005; WIYNJORROC, MANABARU, BROWN E WARNER, 2005). Os indígenas buscam a formação acadêmica, pesquisando sua própria história, redimensionando, reinventando metodologias arqueológicas, bem como apresentando novas interpretações dos dados (MILLION, 2005). A história oral, a cosmologia, os valores nativos passam a nortear as pesquisas e são preconizados como formas legítimas de produção de conhecimento:

Os modos indígenas de conhecer o mundo podem não ser válidos de uma perspectiva científica estritamente ocidental, mas eles são válidos de uma perspectiva indígena e continuam a ordenar a realidade indígena. O conhecimento indígena é holístico, mais do que reducionista, vendo o universo como uma entidade vivente; ele é experiencial mais do que positivista, sustentando que experiências que não podem ser medidas não são menos reais do que aquelas

que podem ser medidas. O contraste entre o modo indígena e o modo ocidental de perceber o mundo e aprender sobre ele resulta na diferença de opinião que comumente ocorre entre povos indígenas e arqueólogos. Se os arqueólogos ou cientistas de outras disciplinas ocidentais desejam entender e se comunicar melhor com os povos indígenas, eles precisam estar abertos à idéia de que a ciência ocidental não é o único método a partir do qual o conhecimento pode ser criado; outros povos têm sido bem sucedidos em criar conhecimento com seus próprios métodos (HARRIS, 2005:36).

Este movimento de “descolonização” da arqueologia não é tarefa fácil, tanto pelos indígenas, quanto pela comunidade científica e demais agentes públicos e privados envolvidos nas demandas das terras indígenas. Existem inúmeras reflexões sobre os problemas e as possibilidades de se trabalhar nesta perspectiva. O exemplo destas experiências demonstra que a pesquisa precisa: 1) definir a população indígena; 2) obter permissão; 3) selecionar os interlocutores e colaboradores para orientar e auxiliar na pesquisa; 4) obter informações prévias sobre os registros arqueológicos; 5) receber aprovação dos indígenas para analisar e divulgar o material arqueológico; 6) construir o conhecimento e disseminar os resultados a partir de uma perspectiva intercultural. Tais ações e procedimentos, por sua vez, implicam em diferentes situações e problemas a serem vivenciados e resolvidos no transcorrer da pesquisa.

Na escolha da população a ser estudada e a obtenção de permissão para a pesquisa não basta considerar a relevância científica e/ou as possibilidades logísticas da pesquisa. É preciso considerar suas facções sociais, cujos interesses e a compreensão em relação à pesquisa podem ser discordantes entre si e gerar tensões políticas que possam inviabilizar a pesquisa (ZIMMERMANN, 2005; GREEN, GREEN E NEVES, 2003). Portanto, é fundamental que a negociação para obter a autorização da pesquisa seja realizada antecipadamente junto às lideranças políticas e com as organizações indígenas e, quando for o caso, com os órgãos governamentais responsáveis pelo gerenciamento das terras indígenas. Os pesquisadores devem detalhar o teor do seu projeto e como ele afetará a vida da comunidade (LEAVESLEY, MINOL, KOP E KEWIBU, 2005; ZIMMERMANN, 2005; JACKSON E SMITH, 2005).

Na escolha dos interlocutores indígenas e da conseqüente obtenção de informações sobre os registros arqueológicos, é fundamental que o arqueólogo seja tolerante em relação à vontade e à autoridade da comunidade indígena, especialmente, das suas lideranças espirituais e políticas a fim de evitar tensões durante a pesquisa. Os interlocutores, normalmente, são definidos pelo seu prestígio social, pelo domínio dos conhecimentos nativos, pela sua capacidade de compreensão do idioma do pesquisador e/ou de suas premissas epistemológicas, pela sua identificação com o pesquisador, pelos seus próprios interesses na pesquisa - intelectuais, econômicos, políticos, etc. A escolha de interlocutores com prestígio e conhecimento é fundamental para que o pesquisador obtenha as informações arqueológicas que procura, sendo muitas vezes a chave para uma pesquisa bem sucedida. Respeitar essas decisões da comunidade evita que o pesquisador acesse conhecimentos e sítios arqueológicos

de acesso restrito ou, por outro lado, consiga identificá-los e tratá-los conforme as determinações e prescrições culturais do grupo estudado (ZEDENO, 1997; STEWART, KEITH E SCOTTIE, 2004; ANAWAK, 1994; WIYNJORROC, MANABARU, BROWN E WARNER, 2005; JACKSON E SMITH, 2005).

A aprovação nativa para a análise e a divulgação do material arqueológico, bem como a construção do conhecimento e a disseminação dos resultados da pesquisa a partir de uma perspectiva intercultural, talvez sejam os aspectos mais relevantes e, também, os mais difíceis de serem levados a cabo neste movimento pela descolonização da prática arqueológica. Normalmente, os arqueólogos não estabelecem parcerias com os nativos para a interpretação ou divulgação dos dados pesquisados. Isto acontece, principalmente, porque as abordagens relativas à produção do conhecimento, geralmente, não são as mesmas entre arqueólogos e indígenas, o que dificulta a compreensão consensual sobre os fenômenos observados. Neste sentido, a construção intercultural do conhecimento e a parceria no processo de divulgação só podem ser realizadas a partir de uma perspectiva multivocal (ISAACSON E FORD, 2005).

A descolonização da arqueologia indígena na prática envolve uma redefinição dos papéis, direitos e responsabilidades tanto dos arqueólogos como dos povos indígenas... têm de envolver uma mudança nas relações de poder (JACKSON E SMITH, 2005:346)

2. Arqueologia na Aldeia Lalima (MS) e na Terra Indígena Kaiabi (MT/PA)

Foi nesta perspectiva teórica que propusemos nossos projetos na Aldeia Lalima dos Terena (desde 2006) e na T. I. Kaiabi (desde 2002). A convivência produtiva cresceu nas visitas esporádicas e atividades de campo, exemplificando a colaboração entre indígenas e pesquisadores em prol da arqueologia. Efetivamente, enquanto elaboramos os projetos e providenciamos as autorizações (FUNAI e IPHAN)⁵ e financiamento (FAPESP), a colaboração Terena e Kaiabi manifestou-se pela constante observação e diálogo com nossa proposta de construção do conhecimento arqueológico, etnoarqueológico e histórico da sua trajetória histórica no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

⁵ As pesquisas científicas em Terras Indígenas no Brasil são normatizadas e autorizadas pela FUNAI, com a Instrução Normativa N° 001/PRESI/1994. A solicitação é encaminhada ao CGEP/FUNAI (inclui consultoria científica do CNPq), através de projeto de pesquisa e da documentação pessoal dos envolvidos, inclusive atestados médicos de saúde e comprovantes de vacinação. Após a aprovação, as solicitações são remetidas às delegacias regionais da FUNAI, para outra avaliação. A seguir a documentação é encaminhada às Terras Indígenas, para avaliação das lideranças e da comunidade. Se aprovada pelos índios, a processo percorre o caminho inverso até a manifestação oficial da FUNAI/CGEP, remetida por correio ao solicitante.

A pesquisa na Aldeia Lalima iniciou como projeto de mestrado de Eduardo Bespalez, cujo plano inicial era pesquisar a presença Guarani no rio Miranda. Teve origem em 2003, quando Bespalez era graduando e participou da localização de um sítio Guarani na sede de Lalima, por Gilson Martins, arqueólogo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Com o tempo, a proposta inicial foi modificada e redimensionada para compreender a trajetória multicultural de ocupação da região, pois os dados arqueológicos, históricos e etnográficos atestavam uma ocupação regional de várias populações indígenas (Mapa 1). O projeto Kaiabi nasceu da experiência de Francisco Stuchi, quando cursava Ciências Biológicas na Universidade Estadual do Mato Grosso/Alta Floresta. Em 2002, ele conheceu os Kaiabi no seminário sobre a Hidrovia Teles Pires-Juruena-Tapajós⁶, quando lideranças indígenas foram contrárias ao empreendimento. Desde então, manteve contato com os Kaiabi que iam à Alta Floresta⁷, havendo uma aproximação e confiança que culminou na visita à T. I. Kaiabi. Em 2004, Stuchi passou a integrar uma equipe formada pela FUNAI, IBAMA e ONG local para fazer um diagnóstico com os moradores da T. I. Kaiabi, sobre as invasões de fazendeiros e garimpeiros (IBAMA, 2004). Neste trabalho visitou a uma antiga aldeia Kaiabi, verificando a presença de fragmentos cerâmicos e obtendo informações sobre outras aldeias abandonadas. Essa experiência levou-o a preparar um projeto de mestrado na T.I. Kaiabi, sobre as antigas aldeias e colaborar na construção da história Kaiabi nas terras que eles reivindicavam.

Estas duas experiências distintas foram associadas e formam a base do projeto de pesquisa “Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena. Um estudo sobre a ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (A Terra Indígena Kaiabi e a Aldeia Lalima)”, coordenado por Fabíola Andréa Silva.

2.1. As experiências de campo na Aldeia Lalima e na T.I Kaiabi⁸

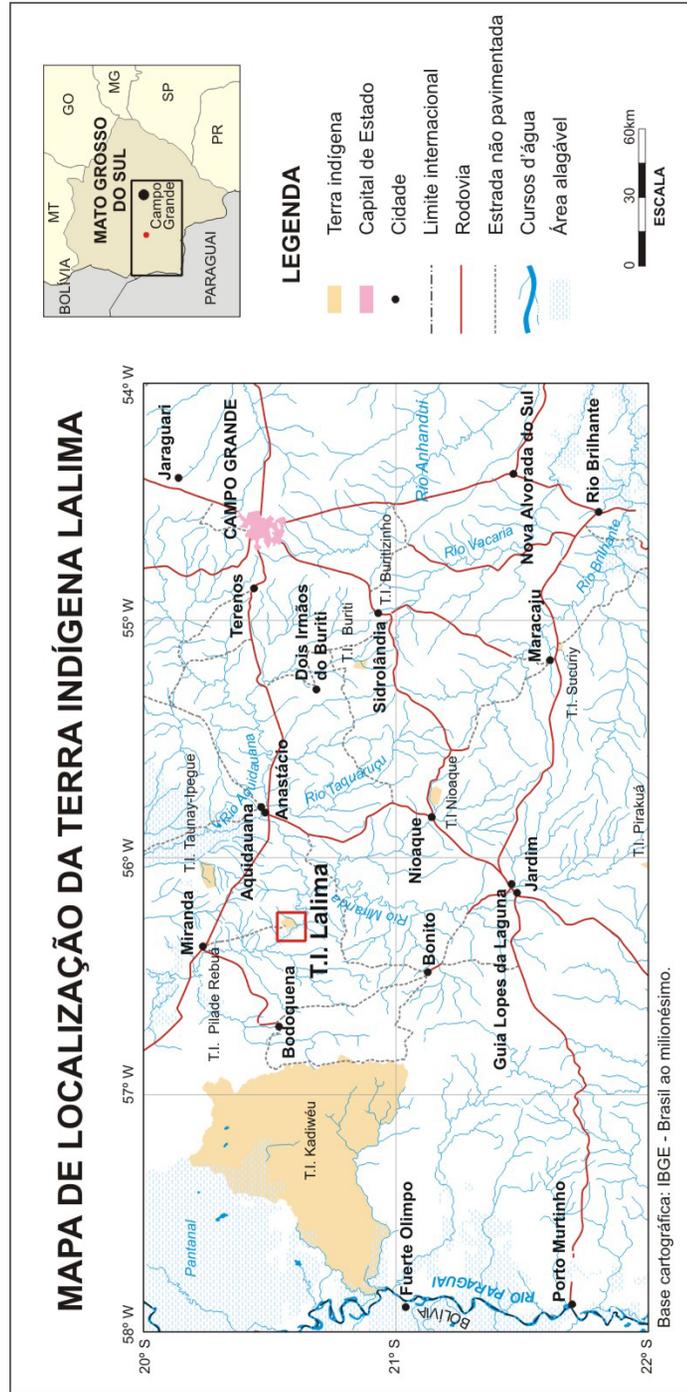
Na Aldeia Lalima, durante os diferentes momentos de negociação para a realização da pesquisa, as lideranças indígenas manifestaram receio e fizeram muitos questionamentos.

Primeiramente, questionaram o fato de nós cadastrarmos os sítios e coletar os vestígios não restaria mais nada para que eles próprios pesquisassem. Esta preocupação relevante na

⁶ Foi produzido um texto intitulado “Índios contestam hidrovia”, publicado no Jornal ADUFMAT, Dezembro/2000, registrando o descontentamento dos Kaiabi e de outras etnias quanto ao projeto da hidrovia.

⁷ Os Kaiabi possuem uma casa em Alta Floresta onde permanecem, durante suas atividades neste município. A mesma se encontra a 163 km do acesso por terra a área indígena Kaiabi.

⁸ O trabalho de campo na Aldeia Terena foi realizado nos meses de maio, junho e julho de 2007 (80 dias) e na T.I. Kaiabi, nos meses de abril, maio, junho e julho de 2008 (80 dias).



▲ Mapa 1. Terra Indígena LaLima

perspectiva pós-colonial surgiu dos professores integrantes do conselho tribal, que têm como meta o aperfeiçoamento profissional, através de estudos científicos em cursos de pós-graduação. Respondemos que a pesquisa possuía um caráter preliminar e que de forma alguma esgotaríamos o potencial arqueológico, histórico e antropológico da área. Esclarecemos que esta era apenas a primeira etapa do trabalho e, se eles tivessem a intenção de fazer arqueologia, nossa presença poderia ser uma oportunidade em seu favor, pois nosso objetivo era continuar pesquisando em Lalima e, havendo oportunidade, contribuir para a formação acadêmica dos Terena interessados.

Num segundo momento, nos questionaram a respeito da classificação do material arqueológico. Eles estavam interessados em saber como faríamos a identificação das populações indígenas que ocuparam Lalima desde o período pré-colonial. Respondemos que este era um objetivo fundamental da Arqueologia e do nosso projeto. Também fomos questionados sobre o modo como a pesquisa poderia auxiliar os índios no processo de reclamação territorial, uma vez que eles afirmavam conhecer vários locais com “cacos de pote”, “taperas” e outros vestígios associados à sua história nas terras das fazendas vizinhas à Aldeia Lalima. Respondemos que a pesquisa arqueológica poderia servir de subsídio às reclamações Terena por terra, especialmente, se demonstrasse a relação entre os vestígios materiais e os processos históricos que se desenrolaram ao longo da ocupação Terena na área.

Durante o desenrolar dos trabalhos de campo, os questionamentos por parte das lideranças continuaram e, desta vez, foram acrescidos pelos dos nossos interlocutores/colaboradores de pesquisa contratados na aldeia. A participação dos interlocutores/colaboradores de pesquisa foi realizada tanto através dos trabalhos de campo que exigem esforço físico, quanto por meio de trabalhos que necessitam de alguma especialização. Os interlocutores/colaboradores mais velhos eram hábeis nas caminhadas para a localização dos sítios, sendo que em muitos deles desempenharam o papel de guias. Durante as escavações de sondagens e coletas de sub-superfície, eles apresentavam não apenas disposição física, mas maestria e, ao mesmo tempo, curiosidade por tudo que era coletado e, inclusive, pelo modo como estávamos interpretando os materiais e os perfis estratigráficos. Os interlocutores/colaboradores mais jovens, por sua vez, se destacavam nas tarefas de preenchimento de etiquetas e fichas durante as atividades de coleta - em superfície ou em sub-superfície -, bem como no manuseio de aparelhos como câmeras fotográficas digitais, gravadores, filmadoras, GPS e estação total. Os mais novos sabiam trabalhar com computadores, treinados em projeto da Fundação Bradesco em Lalima, que oferece cursos de informática básica aos alunos da escola, numa sala com onze máquinas conectadas à internet. Contamos, inclusive, com a participação dos jovens Terena que cursam o magistério em Miranda, muitos já professores na aldeia. A participação destes alunos, da qual fez deles interlocutores/estagiários, foi na etapa de lavagem e triagem de parte do material coletado. Estes alunos solicitaram, inclusive, que nós lhes fornecêssemos certificados destas atividades. A busca dos alunos pelos certificados tem relação com o curso de magistério, pois eles precisavam comprovar o cumprimento de uma determinada carga horária em atividades relacionadas com projetos educacionais e científicos para se formarem.

Além das lideranças e dos interlocutores/colaboradores de pesquisa formalmente contratados na Aldeia Lalima, tivemos a colaboração e o questionamento das demais pessoas da comunidade que, por sua vez, nos concederam informações orais sobre a história da ocupação histórica e atual da aldeia. Os dados obtidos com estas pessoas revelaram o contexto etno-histórico subjacente a alguns dos contextos arqueológicos detectados em Lalima. Assim, visto que nós tínhamos o objetivo de estudar a arqueologia na Aldeia Lalima no contexto da trajetória histórica da ocupação indígena regional, tentando demonstrar que a aldeia pode ser entendida enquanto palimpsesto da história dos índios na região – com base no pressuposto de que os contextos arqueológicos são os correlatos materiais dos processos históricos de ocupação – não podíamos desconsiderar o contexto etnográfico, pois os indígenas que ocupam Lalima hoje, bem como o seu modo de vida e a história por trás dele e os testemunhos materiais formados pelos processos culturais engrenados durante o desenrolar desta história estão indiscutivelmente conectados à trajetória que pretendíamos estudar (Figura 1).



► Figura 1.
Trabalho de
campo na Aldeia
Lalima. Foto:
Projeto Kaiabi-
Lalima, 2008.

Na T.I. Kaiabi vivenciamos vários momentos muito semelhantes àqueles da Aldeia Lalima e da mesma forma enfrentamos uma série de questionamentos por parte dos Kaiabi com relação ao modo como realizaríamos o trabalho e como os resultados deste poderiam contribuir para as suas questões prementes relativas à demarcação de suas terras. Segundo os Kaiabi, muitos estudos já haviam sido feitos no tocante a essa questão, porém até o presente momento não havia resultados concretos e nem mesmo o retorno das informações outrora coletadas. Seu descontentamento se referia aos estudos que já haviam sido feitos por autoridades e antropólogos designados por órgãos governamentais. Foi esclarecido que a nossa pesquisa

tinha uma conotação diferente daquelas designadas oficialmente para a demarcação da terra, mas que seus resultados poderiam igualmente ser úteis às negociações.

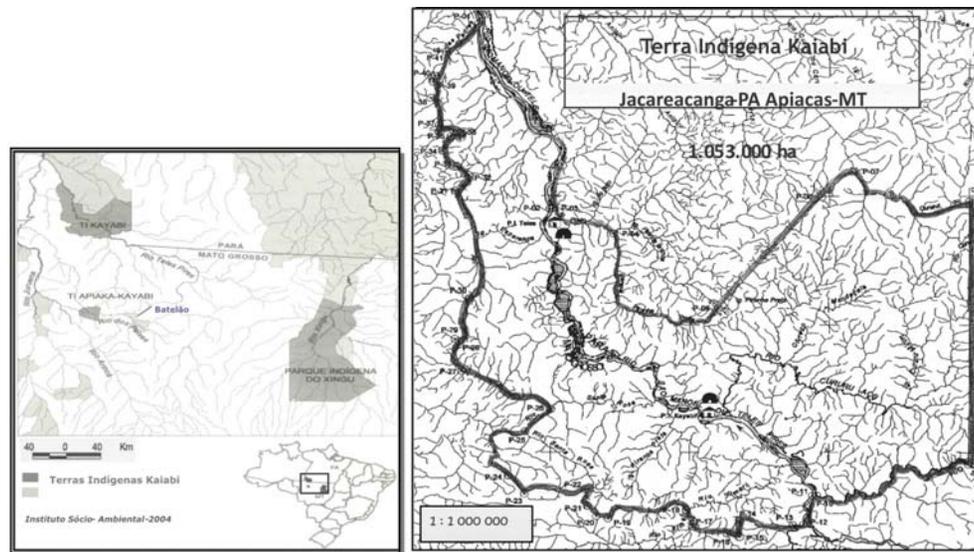
Assim, a proposição da pesquisa foi pautada com o objetivo de desenvolver um estudo etnoarqueológico sobre a história de ocupação da área pelos Kaiabi a partir da localização e caracterização das 40 antigas aldeias por eles ocupadas e que haviam sido citadas no trabalho de identificação e demarcação da área, realizado por uma antropóloga na década de noventa (RODRIGUES, 1993).

Num segundo momento, a apresentação dos procedimentos metodológicos, em especial, aqueles relativos à coleta dos vestígios materiais gerou questionamentos quanto ao destino dos mesmos. Os Kaiabi salientaram que os materiais encontrados em suas antigas aldeias os pertenciam e que não seria interessante que fossem levados para longe, pois isso os impediria de vê-los, principalmente, as crianças para quem era de extremo interesse que tivessem contato com o “material de antigamente”; este foi um dos momentos mais difíceis da negociação. Para tentar resolver a tensão, foram apresentadas as justificativas legais e científicas para a não permanência do material na T.I. Kaiabi. Após algumas discussões paralelas os argumentos acabaram sendo aceitos pela maioria, enquanto que os demais requisitaram uma averiguação quanto às possibilidades de se construir um museu na própria T.I. Kaiabi.

Também foi questionada a possibilidade da pesquisa conseguir com que eles recebam indenizações relativas às perdas dos territórios antigamente por eles ocupados. Citaram o exemplo dos índios Panará ou Kren-akarôre, indenizados pela perda e degradação de seu território tradicional enquanto haviam sido transferidos para o Xingu. Com relação a isto, novamente, apelamos para a legislação e para a natureza diferenciada de nossa vinda para área, ou seja, nossa pesquisa era acadêmica e sendo assim não éramos contratados pelos órgãos do Governo para subsidiar questões como esta ligada ao problema de indenizações. Acrescentamos, porém, que os resultados da pesquisa poderiam servir de subsídios para que fosse reiterada a sua ocupação pretérita nestas terras do Mato Grosso e Pará (Mapa 2).

Durante os trabalhos de campo contamos com um grande número de interlocutores indígenas, ou seja, com todos os chefes de família. Estes indivíduos relataram suas histórias de vida dando ênfase às informações sobre os locais e antigas aldeias onde viveram. Além disso, foram excelentes relatores dos acontecimentos históricos que permearam suas trajetórias particulares o que nos possibilitou associar tradição oral e história indígena. Paralelamente a isto, eles deram suas interpretações sobre os vestígios materiais encontrados tanto nos locais ocupados por eles atualmente, quanto naqueles de antigas moradias. Com o transcorrer de nosso trabalho, percebemos a riqueza das representações Kaiabi sobre a paisagem e sobre a inserção das aldeias na mesma. Começamos a entender os processos culturais de escolha para a fixação de um novo assentamento, bem como as características paisagísticas dos antigos assentamentos que revelavam todo um conhecimento e manejo ambiental (Figura 2).

Mapa 2. Terra Indígena Kaiabi (MT/PA)
(Adaptado de Grünberg, 2004/ISA-2004 e FUNAI)



► Figura 2.
Trabalho de campo na T.I. Kaiabi (MTPA).
Foto: Projeto Kaiabi-Lalima, 2008.

Ficamos em Lalima e na T.I. Kaiabi, aproximadamente, 80 dias e a dinâmica do nosso trabalho foi permeada constantemente por negociações com as lideranças e a população, atendendo suas demandas diversas vezes. Além disso, vivemos momentos de tensão e de intensa amabilidade e cooperação deles em relação ao nosso trabalho. De qualquer modo, *ao fim e ao cabo* a experiência junto a estas duas populações indígenas foi muito interessante, instrutiva e gratificante tanto do ponto de vista científico quanto pessoal⁹.

Na Aldeia Lalima e na TI Kayabi evidenciamos diversos contextos e materiais arqueológicos. Encontramos vestígios líticos e cerâmicos pertencentes à Tradição Guarani e Tradição Pantanal, bem como material histórico relativo às ocupações indígenas mais recentes. Ou seja, a nossa expectativa de que estes territórios se constituíam em palimpsestos das ocupações indígenas se confirmou a partir da descoberta destes diferentes materiais.

Todos estes materiais foram (re)interpretados e apropriados pelas populações indígenas. Em Lalima, a cerâmica da Tradição Guarani foi considerada pela população como não sendo pertencente aos seus ancestrais, pois suas características não eram parecidas com as que eles conheciam. Porém, alguns elementos da cerâmica da Tradição Pantanal, especialmente a decoração, foram considerados como possíveis testemunhos de um modo antigo de fazer a cerâmica Terena e/ou Guaikuru. No entanto, as cerâmicas arqueológicas que foram invariavelmente atribuídas aos seus ancestrais, foram aquelas presentes nos sítios históricos chamados de tapera.

Na TI Kayabi encontramos uma diversidade cerâmica que ainda não conseguimos associar a nenhum dos conjuntos cerâmicos definidos pela arqueologia brasileira – a análise está em sua fase inicial. A continuidade do projeto é que poderá esclarecer as conexões destes conjuntos com outros existentes na região do rio Teles Pires e áreas circunvizinhas. Os Kayabi não identificaram estes vestígios como possíveis testemunhos da prática oleira Kayabi, que há algumas décadas não é mais praticada nesta área. A preocupação, no entanto, era encontrar tais vestígios nos locais que estavam sendo pesquisados pela equipe. Para eles, a presença da cerâmica atestava a posse deste território, como indicador de ocupação indígena pretérita.

Às vezes, situações como estas em que há uma multiplicidade de ocupações em um território e não é possível estabelecer uma relação direta entre as populações do presente e as do passado podem gerar insatisfação tanto para os arqueólogos como para as populações indígenas. No entanto, segundo Pearson e Ramilisonina (2002), o arqueólogo que atua em território indígena não precisa confirmar mecanicamente a ancestralidade dos seus ocupantes. O seu objetivo deve ser explicar e demonstrar que existiram “outros” naquele lugar e que estes também tiveram sua

⁹ Os resultados arqueológicos e etnoarqueológicos das pesquisas constam do Relatório Científico FAPESP (vide Silva et.al. 2008). Este projeto está subsidiando as pesquisas de mestrado de Eduardo Bespalez, Francisco Stuchi e Frederic Pouget, que serão concluídas até 2009.

história. A arqueologia, então, possibilita aos ocupantes atuais conhecer seu próprio lugar e estabelecer suas próprias conexões com os vestígios arqueológicos ali encontrados ao longo da pesquisa. Não se pode esquecer que, muitas vezes, tais conexões são realizadas há muito pelas populações indígenas e o reconhecimento de tal fato é fundamental para o pesquisador que almeja a realização de uma arqueologia dialógica e simétrica (SILVA 2002; ANDRELO 2005).

Finalmente, é importante dizer que ao longo de todo o trabalho procuramos construir um projeto compartilhado, com o objetivo de manter um diálogo permanente, marcado pela cooperação entre os arqueólogos e os Terena e os Kaiabi. Este propósito, no entanto, foi árduo de ser alcançado, exigindo constante negociação, reflexão e autocrítica de nossa prática arqueológica.

REFLEXÕES FINAIS

Refletir sobre a construção da pesquisa nas ciências sociais e naturais tem sido considerado uma postura ética e metodológica fundamental do pesquisador frente ao seu “objeto” de estudo. Além disso, a reflexão sobre as percepções e os encaminhamentos da pesquisa possibilita entender a prática científica de uma forma autocrítica, visando o proveito multilateral de todos os envolvidos.

Um exemplo de análise reflexiva e autocrítica sobre o processo de pesquisa é o trabalho de Strathern (2006), onde chama a atenção para as análises antropológicas sobre temas como o controle social, a integração entre os grupos e a promoção da sociabilidade entre os povos melanésios. Segundo ela, apesar destes temas se apresentarem como qualidades culturais das sociedades estudadas estes – em verdade – se originaram nas preocupações ocidentais de pesquisa científica. Assim, para a autora “é importante que abordemos toda ação desse tipo através de uma apreciação da cultura da ciência ocidental e de seu endosso de certos interesses que podem estar em jogo no que concerne aos melanésios” (idem:28); ou ainda, em relação a todos os grupos étnicos estudados pela nossa ciência antropológica ocidental.

Esse é o modo como se constitui o exercício analítico sobre a pesquisa antropológica e o caráter reflexivo está em colocar em evidência esse modo na própria análise etnográfica, sem necessariamente cair em um relativismo extremo, tão característico de obras pós-modernas. Para Strathern (2006:45),

“É obviamente uma visão de curto alcance dizer depreciativamente que ‘as nossas’ idéias são etnocêntricas e que deveríamos ter em vista as idéias ‘deles’. Ao invés disso, como argumentei, precisamos ter consciência da forma assumida por nossos próprios pensamentos, pois precisamos ser conscientes de nossos próprios interesses na questão - nesse caso, os interesses dos antropólogos ocidentais na análise de outras sociedades”.

Embora Strathern, esteja refletindo sobre “a prática antropológica”, suas palavras podem servir perfeitamente de ponto de partida e inspiração para as nossas reflexões sobre “a prática arqueológica” em terras indígenas.

Quando formulamos nossos projetos para a Aldeia Lalima e para a T.I. Kaiabi, conhecíamos pouco as demandas das suas populações. Delineamos os problemas, os objetivos, a metodologia e a orientação teórica, para trabalhar sobre os “nossos” interesses científicos e a “nossa” ciência. Os representantes das duas terras indígenas foram apenas consultados sobre a nossa intenção de fazer arqueologia e etnoarqueologia nas suas terras. Fazíamos como a maioria das pesquisas arqueológicas brasileiras em terra indígena, onde a iniciativa é dos pesquisadores e não das populações locais. Diversos fatores podem explicar esse tipo de comportamento unilateral. Por exemplo: a herança colonialista da disciplina, o desinteresse e/ou desconhecimento das comunidades tradicionais pela arqueologia, a falta de diálogo entre indígenas e arqueólogos, fatores pragmáticos como a logística da pesquisa e o “tempo” de sua operacionalidade, etc.

Neste sentido gostaríamos de refletir sobre essa falta de diálogo entre indígenas e arqueólogos, usando o conceito de “fusão de horizontes” de Cardoso de Oliveira (2000). Essa fusão implica na perspectiva de que as incompatibilidades culturais teriam solução na prática dialógica. Contudo, isto não é tão simples de ser alcançado quando a interlocução envolve pessoas de culturas e campos semânticos diferentes. Mesmo que haja uma interação dialógica entre índios e não índios, nem sempre haverá uma relação dialógica simétrica, pois na maioria das vezes os indígenas não dominam os códigos do discurso ocidental hegemônico e os pesquisadores não dominam os códigos dos discursos indígenas. Se utilizarmos esta reflexão para explicar a não participação indígena na formulação dos projetos de pesquisa arqueológica em suas áreas podemos entender, em parte, os conflitos ocorridos recentemente no Brasil. Não devemos nos conformar com as dificuldades das “condições de possibilidade de diálogo”. Ao contrário, devemos persistir na busca pelo respeito e entendimento mútuo e simétrico. Para Cardoso de Oliveira (2006:226):

“Parece-me que hoje em dia, quando os povos indígenas ganharam voz própria em suas relações” com a sociedade nacional, a tarefa ética que nos coube é claramente a de mediação no âmbito da comunicação interétnica ou, em outras palavras, no âmbito do ‘agir comunicativo’ – esse mesmo agir de que nos fala Habermas -, de tal modo que, sempre que estivermos voltados para a realização do trabalho etnográfico, também estaremos abertos para as questões que a própria prática indígena nos propuser”.

A partir disso, retomemos o tema da multivocalidade na produção do conhecimento arqueológico. Como dissemos acima, a multivocalidade pode ser entendida como um espaço de múltiplas vozes na interpretação sobre o passado que, segundo Kojan e Angelo (2005: 397), não deve ser considerada apenas deste modo, mas antes “necessita ser incumbida como parte de um grande projeto de questionamento e debate sobre os usos contemporâneos

do passado e, principalmente, reconhecendo a responsabilidade com um passado que é inextricavelmente ligado ao presente”.

Vivenciamos uma experiência que promete impacto ético e político no futuro da arqueologia em terra indígena no Brasil. Trata-se da manifestação das comunidades em relação ao uso político e instrumental dos resultados da pesquisa na sua luta por soberania territorial. No caso de Lalima, pela ampliação do território da aldeia. No caso Kaiabi, pela homologação definitiva de sua T.I. Neste sentido, a compreensão indígena da nossa pesquisa está na conexão que a arqueologia possibilita entre o presente e o passado. Quando (re)descobre e dá significado aos vestígios da ocupação territorial, no passado, possibilita a estas populações reivindicarem o pertencimento destes territórios, no presente. Independentemente desta ligação entre passado e presente, o que interessa aqui para fins reflexivos, é considerar que esta percepção indígena do trabalho arqueológico é uma forma de multivocalidade. Durante todo o tempo, deixamos claros os “nossos” objetivos científicos, salientando que seria deles a iniciativa de fazer uso de nossos dados nas suas questões políticas – e realmente esperamos esta ação dos Terena e dos Kaiabi.

Sabemos que é bem conhecida de vários povos indígenas, incluindo os Terena e os Kaiabi, a importância da pesquisa antropológica, existindo um imaginário da utilidade do antropólogo para as suas reivindicações políticas. O mesmo acontece sobre os arqueólogos e a pesquisa arqueológica. Nos casos de Lalima e da T.I. Kaiabi, a cultura material (re)descoberta pelo arqueólogo, ao ser interpretada a partir da percepção nativa, possibilita uma forma de diálogo entre as partes (arqueólogos e indígenas), (re)definindo os objetivos da pesquisa arqueológica. Em Lalima, a questão da ampliação da terra, pontuava a necessidade de localizar marcos territoriais - mourões de madeira que indicavam o limite da área indígena, no tempo das primeiras identificações territoriais - que aparecem no discurso como ícones dessa luta. Acabamos por localizar um desses marcos, procedimento este que não era previsto no plano original da pesquisa, revelando assim a permeabilidade de uma pesquisa dialógica. Além disso, passamos a ser vistos como agentes facilitadores de uma relação mais simétrica com os órgãos públicos. Antes de deixarmos a aldeia, em julho de 2007, redigimos uma carta ao Presidente da Funai – a pedido das lideranças de Lalima - solicitando que este atendesse às reivindicações indígenas para a constituição de um novo Grupo de Trabalho para estudar a ampliação de seu território o que veio a acontecer no começo de 2009 - a dissertação de Eduardo Bepalez (2009) foi oferecida pela população indígena ao antropólogo como documento fundamental de consulta de dados sobre a ocupação da aldeia.

Entre os Kaiabi a demanda territorial direcionou os rumos de nossa pesquisa o tempo todo. Além disso, a reivindicação Kaiabi sobre o gerenciamento e a permanência dos bens arqueológicos em suas terras nos fará ampliar de bom grado as alternativas dialógicas. Não se trata apenas da relação dialógica entre pesquisadores e populações indígenas, mas precisa incluir os legisladores do patrimônio arqueológico. Da mesma forma que em Lalima, ao deixarmos a área, em julho de 2008, escrevemos uma carta ao Presidente da Funai – com o

consentimento dos Kayabi – nos sensibilizando com a situação indígena e clamando por maior atenção, por parte das autoridades competentes, no processo de demarcação. No ano de 2009 foi designado um outro antropólogo para realizar um novo laudo sobre a ocupação da T.I.Kayabi e Francisco Stuchi foi recomendado pelos Kayabi – com aceitação judicial - como interlocutor neste processo.

Diante de tudo que foi colocado é importante dizer que conduzimos nossa pesquisa pelos princípios da arqueologia ética. Negociamos o processo de pesquisa e os seus resultados com as comunidades indígenas (JACKSON & SMITH, 2006), adotando sempre o consentimento informado (SMITH & WOBST, 2006) e a consulta significativa (STAAP & LONGENECKER, 2006), procurando dar visibilidade e valor ao trabalho e conhecimento indígena (SHEPPARD, 2003). É importante ressaltar que - como pesquisadores - defendemos a idéia de que a arqueologia em Terra Indígena não necessariamente deve ser entendida como sinônimo de ação indigenista, pois esta é uma opção do arqueólogo de acordo com sua consciência e princípios. Além disso, entendemos que as agendas científicas ocidentais são tão relevantes quanto as demandas sociais e políticas dos indígenas e que a noção de pesquisa engajada e de relevância social implica em diferentes conotações e pontos de vista - na etnologia brasileira esta questão gerou um acirrado debate entre os pesquisadores e serve de contraponto interessante para nós arqueólogos (vide VIVEIROS DE CASTRO, 1999). A prática arqueológica multivocal não implica em consenso, mas em possibilidade de diálogo e expressão das diferenças. Assim, cabe aos arqueólogos deixarem claros seus objetivos e posturas científicas e políticas ao realizar suas pesquisas em tais contextos e cabe às populações indígenas exercerem sua autonomia na (re)significação destes trabalhos para a suas vidas e reivindicar, independentemente dos pesquisadores, sua audiência nas tomadas de decisão sobre suas terras e o patrimônio cultural nelas existente. A nosso ver este é o caminho para uma verdadeira “descolonização da arqueologia”. Esperamos que as nossas experiências na Aldeia Lalima e na T.I. Kaiabi tenham ilustrado as vantagens e os desafios do trabalho colaborativo em terras indígenas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Edithe Pereira, pelo gentil convite para participar do Encontro Internacional de Arqueologia Amazônica em 2008, na cidade Belém. Agradecemos imensamente às comunidades da Aldeia Lalima e da T.I. Kaiabi, por nos acolher em suas aldeias e permitir a realização de nossa pesquisa. A FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo) forneceu o apoio financeiro através de Auxílio Pesquisa (Processo 2006/60241-8) e da concessão de Bolsas de Mestrado para Eduardo Bspalez, Francisco Stuchi e Frederic Pouget. Finalmente, agradecemos a Francisco Silva Noelli pelas sugestões e críticas na redação deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANAWAK, J. Inuit perceptions of the past. In: LAYTON, R. (Ed.). **Who needs the past? Indigenous values and Archaeology**. London: Routledge, 1994. p. 45-50.
- ANDRELLO, G. Nossa história está escrita nas pedras: conversando sobre cultura e patrimônio cultural com os índios do Uaupés. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, v. 32, p. 130-151, 2005.
- BESPALÉZ, E. **Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS**: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional. 2009. 198f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BYRNE, D. Archaeology in reverse: the flow of Aboriginal people and their remains through the space of New South Wales. In: MERRIMAN, N. (Ed.). **Public archaeology**, London: Routledge, 2004. p.240-254.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Caminhos da identidade. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: UNESP, 2006.
- CONDORI, C. M. History and prehistory in Bolívia: what about the Indians? In: LAYTON, R. (Ed.). **Conflict in the archaeology of living traditions**. London: Routledge, 1994. p.46-59.
- ENDERE, M.L. Talking about others: archaeologists, indigenous peoples and heritage in Argentina. **Public Archaeology**, v. 4, n. 2-3, p.155-162, 2005.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo sobre a discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. **Revista de Arqueologia**, v. 16, p. 29-49, 2006.
- FAUSTO, C. A ciência do contrato e o contrato com a ciência. **Notícias Socioambientais**, São Paulo, 2006, 6 set.
- GREEN, L. F.; GREEN, D. R.; NEVES, E. G. Indigenous knowledge and archaeological science. **Journal of Social Archaeology**, v.3, n.3, p.366-398, 2003.
- HARRIS, H. Indigenous worldviews and ways of knowing as theoretical and methodological foundations for archaeological resource. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 33-42. (One World Archaeology, 47). Arrumar no texto é o 2º. Autor WOBST, H. M. e não M. W.
- IBAMA. **Relatório da oficina de comunidade na terra indígena Kaiabi – Aldeia Kururuzinho Municípios de Jacareacanga-PA e Apiacás-MT**. Alta Floresta: MMA, 2004.
- ISAACSON, K.; FORD, S. Looking forward – looking back: shaping a shared future. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 354-368. (One Word Archaeology, 47).
- JACKSON, G.; SMITH, C. 2005. Living and learning on aboriginal lands: decolonizing archaeology. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 328-351. (One World
- KOJAN, D.; ANGELO, D. Dominant narratives, social violence and the practice of bolivian archaeology. **Journal of Social Archaeology**, v. 5, n. 3, p. 383-408, 2005.
- LEAVESLEY, M.G.; MINOL, B.; KOP, H.; KEWIBU, V.H. Cross-cultural concepts of archaeology. Kastom community, education and cultural heritage management in Papua New Guinea. **Public Archaeology**, v. 4, n. 2/3, p. 3-13, 2005.
- LECLAIR, J. Of grizzlies and landslides: the use of archaeological and anthropological evidence in Canadian aboriginal rights cases. **Public Archaeology**, v. 4, n. 2/3, p. 109-119, 2005.

- MILLION, T. Developing an Aboriginal archaeology: receiving gifts from White Buffalo. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 43-55. (One World Archaeology, 47).
- PARKER, L. O. Indigenous peoples's rights to their cultural heritage. **Public Archaeology**, v. 4, n. 2/3, p. 127-140, 2005.
- PEARSON, M. P.; RAMLISONINA. Public archaeology and indigenous communities. In: MERRIMAN, N. (Ed.). **Public archaeology**. London: Routledge, 2005. p. 224-239.
- ROBRHAN-GONZALES, E. **Nota de esclarecimento** – Programa de diagnóstico antropológico e de patrimônio cultural da PCH Paranatinga II. Mensagem recebida por <arqueologia@terra.com.br> em: 2006.
- RODRIGUES, P. M. **Laudo antropológico de identificação e delimitação das terras Indígenas Munduruku e Kayabi Gleba Sul**. Brasília: FUNAI, 1993.
- RUBERTONE, P. E. Archaeology, colonialism and 17th-century Native America: towards an alternative interpretation. In: LAYTON, R. (Ed.). **Conflict in the archaeology of living traditions**. London: Routledge, 1994. p. 32-45.
- SHEPHERD, N. When the hand that holds the trowel is black... Disciplinary practices of self-representation and issue of 'native' labor in archaeology. **Journal of Social Archaeology**, v. 3, n. 3, p. 334-352, 2003.
- SILLIMAN, S. W. Culture contact or colonialism? Challenges in the archaeology of native North America. **American Antiquity**, v. 70, n. 1, p. 54-74, 2005.
- SILVA, F. A. Mito e Arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no Parque Indígena Kuatinemu – Pará. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 175-187, 2002.
- SILVA, F. A.; BESPALAZ, E.; STUCHI, F. F.; POUGET, F. C. **Arqueologia, etnoarqueologia e história indígena**. Um estudo da trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso do Sul. T.I. Kaiabi e a Aldeia Lalima. Relatório Científico. São Paulo: FAPESP, 2008.
- SMITH, C.; WOBST, H. M. Decolonizing archaeological theory and practice. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous Archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 17-32. (One World Archaeology, 47).
- _____. Decolonizing archaeological theory and practice. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous Archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 5-16. (One World Archaeology, 47).
- STAPP, D.C.; LONGENECKER, J.G. Reclaiming the Ancient One: addressing the conflicts between American Indians and archaeologists over protection of cultural places. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous Archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 171-184. (One World Archaeology, 47).
- STEWART, A.M.; KEITH, D.; SCOTTIE, J. Caribou crossings and cultural meanings: placing traditional knowledge and archaeology in context in an Inuit landscape. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 11, n. 2, p. 183-212, 2004.
- STRATHERN, M. **O Gênero da Dádiva**. Campinas: Unicamp, 2006.
- SUTTON, P. Social scientists and native title cases in Australia. **Public Archaeology**, v. 4, n. 2/3, p. 121-126, 2005.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Etnologia Brasileira. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumare, Anpocs, 1999. p. 109-223.
- WATKINS, J. The politics of american archaeology: cultural resources, cultural affiliation and Kenniwic. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous Archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 189-203. (One World Archaeology, 47).
- WHARTON, G. Indigenous claims and heritage conservation: an opportunity for critical dialogue. **Public Archaeology**, v. 4, n. 2/3, p. 199-204, 2005.

WIYNJORROC, P.; MANABURU, P.; BROWN, N.; WARNER, A. We just have to show you: research ethics blekbalwei. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous Archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 316-327. (One World Archaeology, 47).

WOBST, M. Power to the (Indigenous) past and present! Or: the theory and method behind archaeological theory and method. In: SMITH, C.; WOBST, H.M. (Eds.). **Indigenous Archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 17-32. (One World Archaeology, 47).

ZEDEÑO, M. I. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from puebloan southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory**. v. 4, n. 1, p. 63-103, 1997.

ZIMMERMAN, L. J. Human bones as symbols of power: aboriginal American belief systems toward bones and grave-robbing archaeologists. In: LAYTON, R. (Ed.). **Conflict in the archaeology of living traditions**. London: Routledge, 1994. p. 211-216.

ZIMMERMAN, L. J. Firts, be humble: working with Indigenous peoples and other descendant communities. In: SMITH, C.; WOBST, H. M. (Eds.). **Indigenous Archaeologies: decolonizing theory and practice**. London: Routledge, 2005. p. 301-314. (One World Archaeology, 47).